

COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Frente Parlamentar da Indústria é instalada

Em evento híbrido ocorrido no Salão Júlio de Castilho, nesta terça-feira, 18, foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Gaúcha. A solenidade contou com as presenças do secretário-chefe da Casa Civil, Artur Lemos Júnior, representando o governador Eduardo Leite, do presidente da FIERGS, Gilberto Porcello Petry, do coordenador do Conselho de Articulação Parlamentar, Claudio Bier, diretores da entidade, coordenadores de Conselhos Temáticos da entidade e empresários.

A instalação da FPI foi proposta pelo deputado Dalciso Oliveira (PSB), com o objetivo de “colaborar com a necessária discussão das pautas consideradas fundamentais para o desenvolvimento do setor industrial e para a competitividade do mercado nacional”. Tomará como base do trabalho o documento intitulado Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial e seus cinco eixos de atuação.

“Nosso propósito para a FPI-RS é dar evidência à realidade do setor industrial gaúcho, alertando para os riscos da tendência de desindustrialização. De outro lado, será importante conhecer, divulgar e destacar as ações positivas em andamento dirigidas à indústria. Por fim, nosso maior desafio será apontar caminhos e soluções possíveis para as diversas cadeias produtivas presentes em nossa economia”, destacou o parlamentar.

O presidente da Fiergs destacou a importância da indústria para o desenvolvimento dos países, ainda mais neste momento de pandemia. Citou os números positivos de desempenho do setor no primeiro trimestre de 2021, em especial no Rio Grande do Sul (crescimento de 12,3% na produção industrial, em comparação com o mesmo período de 2020). O dirigente lamentou que na mesma proporção de seu desempenho, a indústria arca com o maior peso no recolhimento de impostos, ressaltando a necessidade premente de reforma no sistema tributário nacional e estadual.

“A Frente Parlamentar da Indústria é para a FIERGS uma forma de homenagear antecipadamente os integrantes anônimos da estrutura fabril do Rio Grande do Sul. Em cada fábrica há um empreendedor que arriscou seu patrimônio e faz da sua produção um bem maior para toda a sociedade rio-grandense”, discursou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Gilberto Porcello Petry, lembrando que em 25 de maio comemora-se o Dia Nacional da Indústria.

Também se manifestaram o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gabriel Souza (MDB), e o secretário da Casa Civil, Arthur Lemos. O evento contou com a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico, Edson Brum, e dos deputados Patrícia Alba (MDB) e pelos deputados Ernani Polo (PP), Giuseppe Riesgo (NOVO), Eric Lins (DEM), Vilmar Zanchin (MDB), Carlos Búrigo (MDB) e Elton Weber (PSB).

[Confira aqui o ato de instalação da Frente Parlamentar.](#)

(colaboração Unicom/FIERGS)

Deputados aprovam mudanças no Fundopem

A Assembleia Legislativa retomou a votação dos projetos de lei do Executivo em regime de urgência, nesta terça-feira, 18, sem vencer toda a pauta por falta de consenso na base do governo acerca de algumas matérias. Na semana passada, 12 proposições estavam em pauta, mas apenas quatro foram apreciadas, três delas de interesse direto da indústria.

A sessão plenária foi novamente bastante movimentada, mais nos bastidores do que na tribuna. As bancadas de apoio ao governo repetiram a estratégia de não ocupar a tribuna, com raros pronunciamentos.

A primeira matéria apreciada foi o PL 292/2020, que institui a Política Estadual de Estímulo à Produção de Etanol e cria o Programa Estadual de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Etanol – PRÓ-ETANOL/RS. Aprovado com [49 votos favoráveis e 2 contrários](#), a proposição tem como objetivo intensificar o cultivo e refino de matérias-primas para o etanol, como triticale, aveia branca, cevada e centeio, a serem cultivadas em áreas subutilizadas, conforme levantamento feito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

FUNDOPEM – O PL 74/2021, que faz várias mudanças no regramento referente ao Fundopem/RS, foi o segundo e último projeto discutido. O objetivo da matéria, segundo a justificativa do Executivo, é “modernizar os processos internos de análise e concessão dos benefícios às empresas que buscam se instalar ou expandir seus negócios no Estado”, segundo a justificativa do Executivo.

Ao PL foram apresentadas quatro emendas, mas aprovadas três: a de número 2, de autoria da deputada Zilá Breitenbach (PSDB), com apoio do governo, que destaca situação especial para a Metade Sul e zonas de fronteira nos critérios de fruição dos benefícios do programa (50 sim X 2 não); a emenda 3, de autoria da deputada Any Ortiz (Cidadania), que inclui empreendimentos em recuperação judicial entre os beneficiados com recursos do programa (37 sim X 12 não); e a emenda 4, que dispõe sobre formas de comprovação e fiscalização sobre a execução dos projetos incentivados (50 sim X 2 não). Na votação do PL, foram [51 votos favoráveis e 1 contrário](#).

A retirada de quórum após o PL do Fundopem deveu-se à falta de consenso e de apoio da base do governo a alguns projetos, como o PL 77/2021, que altera requisitos de escolha do presidente e vice-presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF – e o PL 81/2021, que dispõe sobre a exploração direta ou mediante concessão dos serviços locais de gás canalizado.